



**PINE INVESTIMENTOS
DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**

Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2021

***Pine Investimentos
Distribuidora de Títulos e
Valores Mobiliários Ltda.
Demonstrações financeiras em 30 de
junho de 2021 e relatório do auditor
independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Instituição em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos
Contador CRC 1SP171564/O-1

Senhores Cotistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Pine Investimentos), relativas aos períodos de 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 para contas patrimoniais e 01 de janeiro a 30 de junho de 2021 e de 2020 para contas de resultado, acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório do auditor independente.

A Administração

19 de agosto de 2021

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais - R\$)



ATIVO	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	4	12.801	-
Ativos Financeiros	5	-	13.368
Títulos e valores mobiliários		-	13.368
Ativos Fiscais	6	128	-
Outros Ativos		2.478	2.450
Despesas antecipadas		119	50
Diversos	7	2.359	2.400
TOTAL DO ATIVO		15.407	15.818

PASSIVO	Notas	30/06/2021	31/12/2020
Outros Passivos		160	390
Fiscais e previdenciárias	8	160	390
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	15.247	15.428
Capital social		13.385	13.385
De domiciliados no país		13.385	13.385
Reservas de lucros		1.862	2.043
TOTAL DO PASSIVO		15.407	15.818

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Em milhares de Reais - R\$)



	<u>Notas</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		36	1.066
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	11.a	36	1.066
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		36	1.066
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(337)	(268)
Outras despesas administrativas	11.b	(248)	(167)
Despesas tributárias	11.c	(63)	(107)
Outras receitas operacionais	11.d	19	50
Outras despesas operacionais	11.e	(45)	(44)
RESULTADO OPERACIONAL		(301)	798
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(301)	798
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	12	120	(307)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE		(181)	491
QUANTIDADE DE COTAS		892.300	892.300
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR COTA		(0,20)	0,55

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais - R\$)



	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Lucro Líquido (Prejuízo) do semestre	(181)	491
Lucro Líquido (Prejuízo) abrangente do semestre	(181)	491

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Reservas de Lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
	Capital Social	Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.385	385	49.630	-	63.400
Lucro líquido do semestre	-	-	-	491	491
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	25	-	(25)	-
Reserva estatutária	-	-	466	(466)	-
Saldos em 30 de junho de 2020	13.385	410	50.096	-	63.891
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.385	411	1.632	-	15.428
Prejuízo do semestre	-	-	-	(181)	(181)
Absorção da reserva legal	-	-	(181)	181	-
Saldos em 30 de junho de 2021	13.385	411	1.451	-	15.247

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
 (Em milhares de Reais - R\$)



	Notas	30/06/2021	30/06/2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido (Prejuízo) ajustado		(320)	455
Lucro líquido (Prejuízo) do semestre		(181)	491
Atualização de depósitos judiciais		(19)	(48)
Impostos diferidos		(120)	12
Varição de ativos e passivos		13.121	(471)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		13.368	(30)
(Aumento) Redução de outros ativos		(137)	260
Aumento (Redução) de outros passivos		(110)	(701)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		12.801	(16)
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		12.801	(16)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	-	17
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	12.801	1

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA ("Pine Investimentos") é uma sociedade limitada, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e organizar, administrar fundos e clubes de investimentos.

As operações da Pine Investimentos são conduzidas no contexto de instituições que atuam integradamente, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Pine Investimentos são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Em atendimento ao CPC 24, informamos que estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Pine Investimentos em 19 de agosto de 2021, dentre outras providências.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Pine Investimentos são elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.144/12 – CPC 00 (R1) - Pronunciamento Conceitual Básico
Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos
Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis
Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo Intangível
Resolução CMN nº 3.750/09 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações
Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo Imobilizado
Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados
Resolução CMN nº 4.748/19 – CPC 46 - Mensuração do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 - Mensuração do Valor Justo aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020. A Administração não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras dado a sua adoção.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados aprovado pela Resolução CMN nº 4.877/2020 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021. A Administração não identificou impactos significativos em suas demonstrações financeiras dado a sua adoção.

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência mensal.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis*, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até as datas dos balanços.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam baixo risco de mudança de valor justo, que são utilizados pela Pine Investimentos para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

c) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01, do Bacen, os títulos e valores mobiliários da Pine Investimentos são classificados na categoria "títulos para negociação".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo atualizado pelos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustado pelo valor de mercado, sendo esses ajustes registrados à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.

d) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

e) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

f) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, e Carta-Circular nº 3.429/10, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

· Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

· Contingências passivas: é determinado à probabilidade de quaisquer julgamento ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação.

· Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

g) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$240 (no exercício), e contribuição social - 15%. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

Em 06 de outubro de 2015 foi publicada a Lei nº 13.169, conversão da Medida Provisória nº 675, que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, de 15% para 20% sobre os lucros tributáveis gerados no período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018 e 15% a partir de 01 de janeiro de 2019, em relação às instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados, das de capitalização e das referidas nos incisos I ao VII, IX e X do § 1º do art. da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.

h) Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações; determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros; e provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

i) Resultado Não Recorrente

A Resolução BCB nº 2 de 06 de agosto de 2020 estabeleceu que é considerado resultado não recorrente o resultado que:

- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades ⁽¹⁾	12.801	-
Total	12.801	-

(1) Refere-se a disponibilidades em conta corrente no Banco Pine S.A. (controlador).

5. ATIVOS FINANCEIROS

	30/06/2021			31/12/2020		
	Valor de Mercado/Contábil		Total	Total		Valor
	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total	de Curva	de Curva
Títulos e Valores Mobiliários						
Títulos para negociação ⁽¹⁾						
Carteira própria						
CDB ⁽²⁾	-	-	-	-	13.368	13.368
Total de Títulos	-	-	-	-	13.368	13.368

(1) Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

(2) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 houve o resgate total do(s) CDB(s) investido(s) no Banco Pine S.A. (controlador).

6. Ativos Fiscais

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução nº CMN 4.720/19 e a Resolução BCB nº 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 30 de junho de 2021, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	30/06/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízo fiscal/base negativa ⁽¹⁾	80	48	128	-	-	-
Total	80	48	128	-	-	-

(1) A companhia não apresentou saldo de ativos fiscais em 31 de dezembro de 2020.

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	30/06/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	100	60	160	95	57	152
Total	100	60	160	95	57	152

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	-	-
Constituição	459	-
Reversão	(331)	-
Saldo Final	128	-

Obrigações fiscais diferidas	30/06/2021	31/12/2020
Saldo Inicial	152	132
Constituição	936	1.747
Reversão	(928)	(1.727)
Saldo Final	160	152

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	30/06/2021			Valor Presente
	IRPJ	CSLL	Total	
Até 1 ano	42	26	68	65
De 1 a 2 anos	38	22	60	54
Total	80	48	128	119

Obrigações fiscais diferidas	30/06/2021		
	IRPJ	CSLL	Total
De 8 a 10 anos	100	60	160
Total	100	60	160

Obrigações fiscais diferidas	31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total
De 8 a 10 anos	95	57	152
Total	95	57	152

7. OUTROS ATIVOS - Diversos

	30/06/2021	31/12/2020
Devedores por depósito em garantia ⁽¹⁾	2.263	2.244
Impostos e contribuições a compensar	52	113
Outros	44	43
Total	2.359	2.400

(1) Em 30 de junho de 2021 é representado, principalmente, por R\$1.954 (R\$1.936 em 31 de dezembro de 2020) referente a depósito judicial para execução fiscal.

8. OUTROS PASSIVOS - Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a recolher	-	1
Impostos e contribuições sobre o lucro	-	237
Provisão para IR e CS diferidos	160	152
Total	160	390

9. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existem ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza:

A Pine Investimentos obteve decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pela Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 30 de junho de 2021 os depósitos judiciais referentes à COFINS representavam R\$ 1.954 (R\$ 1.936 em 31 de dezembro de 2020).

Em reação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de junho de 2021, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$309 (R\$308 em 31 de dezembro de 2020).

c) Movimentação das provisões passivas:

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existem obrigações ou processos classificados em perdas prováveis ou possíveis que requerem, respectivamente, provisão ou divulgação nas movimentações das provisões passivas.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital social está representado por 892.300 cotas, no valor nominal de R\$15,00 cada uma.

b) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros da Pine Investimentos é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social da Pine Investimentos, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. A Pine Investimentos não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do Estatuto Social, a Pine Investimentos deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Pine Investimentos. Ademais, a Pine Investimentos poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Pine Investimentos.

O saldo de reserva estatutária excedente ao referido limite estabelecido no Contrato Social da Pine Investimentos será submetido a deliberação dos cotistas em reunião de sócios.

d) Dividendos Pagos

Em agosto de 2020, foi aprovada a distribuição de lucros de exercícios anteriores, contabilizados na conta Reservas Estatutárias, no montante de R\$48.500.

11. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	30/06/2021	30/06/2020
Rendas de certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	36	1.066
Total	36	1.066

(1) Refere-se ao resgate do CDB que ocorreram durante o primeiro semestre de 2021.

b) Outras Despesas Administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Despesas com serviços técnicos especializados	47	102
Despesas com serviços do sistema financeiro	1	15
Rateio de despesas administrativas ⁽¹⁾	1	17
Despesas de publicações	27	25
Outras despesas administrativas ⁽²⁾	172	8
Total	248	167

(1) Refere-se ao rateio das despesas incorridas individualmente para a manutenção da Estrutura de Gerenciamento junto a controladora.

(2) Refere-se, substancialmente, a despesa com processos fiscais.

c) Despesas Tributárias

	30/06/2021	30/06/2020
COFINS	63	100
PIS	-	7
Total	63	107

d) Outras Receitas Operacionais

	30/06/2021	30/06/2020
Atualização monetária ativa - depósitos judiciais	19	48
Outras receitas operacionais	-	2
Total	19	50

e) Outras Despesas Operacionais

Em 30 de junho de 2021 refere-se a taxas da CVM no montante de R\$ 45 (30/06/2020 - R\$ 44).

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro antes do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL), deduzido as participações no resultado	(301)	798
Alíquota vigente	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	120	(319)
Outros ajustes	-	12
Imposto de renda e contribuição social	120	(307)
Sendo:		
Impostos correntes	-	(295)
Impostos diferidos	120	(12)
Despesa contabilizada	120	(307)

13. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	30/06/2020
Disponibilidades	12.801	-	-	-
Banco Pine S.A.	12.801	-	-	-
Ativos Financeiros	-	13.368	36	1.066
Banco Pine S.A.	-	13.368	36	1.066
Outros Passivos	-	-	1	17
Banco Pine S.A.	-	-	1	17

14. GESTÃO DE RISCOS

a) Introdução e visão geral

A Pine Investimentos está exposta aos riscos de mercado, liquidez e operacional, os quais são continuamente monitorados e geridos pela área de riscos e pela Administração.

Estrutura de gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos da Pine Investimentos está de acordo com as regulamentações no Brasil e no exterior e em linha com as melhores práticas de mercado. O controle dos riscos de mercado, liquidez e operacional é realizado de forma centralizada por unidade independente, visando a assegurar que os riscos sejam administrados de acordo com o apetite de risco, as políticas e os procedimentos estabelecidos para o Conglomerado Pine. O objetivo do controle centralizado é prover aos Executivos uma visão global das exposições do Conglomerado Pine, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

No processo de governança de riscos e capital, o Conglomerado Pine estabelece a sua estratégia com o objetivo de garantir nível adequado do apetite a riscos para as exposições assumidas de forma integrada, considerando o monitoramento contínuo do potencial de perdas, com reportes tempestivos e alinhado com a estratégia de negócios e a perpetuidade das atividades da instituição. A estrutura de gerenciamento tem o objetivo de garantir que os riscos sejam identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados em concordância com os objetivos no planejamento de capital.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2021 e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Pine Investimentos não realizou operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Resultado Recorrente e Não Recorrente

Nos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2020 a Pine Investimentos não possuía resultados não recorrentes.

c) Outros Assuntos

Dada a continuidade da pandemia causada pelo novo Coronavírus (Covid-19), a Pine Investimentos segue monitorando os efeitos que afetam suas operações e que possam afetar adversamente seus resultados, e manteve as medidas adotadas em 2020, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual. Mais informações sobre o impacto da pandemia podem ser encontrados no relatório gerencial do Consolidado do Banco Pine, disponível no site de Relações com Investidores www.ri.pine.com.

16. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Redução de Capital

Em 05 de julho de 2021 foi protocolado junto ao Banco Central do Brasil a solicitação de redução de capital de R\$10.378, após a aprovação, o Capital Social passará a ser R\$3.007, dividido em 892.300 quotas de R\$3,37. Enquanto não autorizada pelo Banco Central, a redução deve estar destacada na rubrica de "Redução de Capital" conforme circular 2.750/1997.

b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 14 de julho de 2021 foi publicada a Lei nº 14.183/21, conversão da Medida Provisória nº 1.034/21, que altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. A alíquota da CSLL, para distribuidoras de valores mobiliários, foi elevada de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 1º, inciso I. Em 30 de junho de 2021, não foram identificados impactos significativos no crédito tributário na vigência da Lei.

A DIRETORIA

CONTADORA

Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0

PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.
CNPJ nº 92.236.777/0001-78
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830 - 4º andar | São Paulo – Brasil ☐

